

Delta Cafés vai apresentar 2ª feira em Lisboa novidades da produção de café nos Açores

A Delta Cafés vai dar a conhecer as mais recentes novidades do projecto de café produzido nos Açores.

O evento está marcado para o meio-dia do próximo dia 9, Segunda-feira, na Delta The Coffee House Experience, na Avenida da Liberdade, em Lisboa.

Esta cerimónia conta com as presenças do CEO do Grupo Nabeiro – Delta Cafés, Rui Miguel Nabeiro, do Presidente do Governo Regional dos Açores, José Manuel Bolieiro, e do Presidente da Associação de Produtores Açorianos de Café, Luís Espínola.

No ano passado o Grupo Nabeiro – Delta Cafés entregou um estudo desenvolvido nos dois anos anteriores ao Governo Regional dos Açores, que mostrava o “potencial” desta Região para a produção de café.

“Nós não somos ainda um país produtor de café, estamos a trabalhar com o Governo Regional dos Açores e com a Associação de Produtores Açorianos de Café (APAC) para tornar possível produzir café nos Açores”, disse o Presidente executivo do Grupo, Rui Miguel Nabeiro.

O mesmo explicou que o estudo foi feito pela International Coffee Partners, sendo o mesmo “detalhado”, e que revela “as melhores origens, os melhores solos, a melhor forma de produção” de café na região açoriana.

“Neste momento há um relatório que



está entregue sobre tudo o que se pode e não pode fazer, como deve e não deve fazer para se produzir café nos Açores. A partir daqui estamos a começar a trabalhar naquilo que é a fase dois, que é, de facto, arrancar com o processo, mas ainda há aqui um trabalho administrativo grande”, disse.

O Grupo Nabeiro – Delta Cafés pretende “apoiar” os agricultores interessados em produzir café, no sentido de se poderem estabelecer, criar o seu negócio, estando o Grupo disponível também

para colaborar na criação de estruturas para aumentar a produção.

“O ‘governance’ deste projeto terá de ser da APAC e do Governo Regional dos Açores e, por isso, nós fomos em conjunto com a APAC entregar este estudo, agora, a partir deste momento, a Delta está disponível para acompanhar os próximos passos”, acrescentou.

O Secretário Regional da Agricultura nos Açores, António Ventura, já tinha identificado, na Graciosa, diversas “potencialidades” por ser uma “reserva

da biosfera”, indicando que “está a ser realizado um curso para produção de café”.

Numa entrevista concedida há três anos, Rui Miguel Nabeiro, responsável pela Delta Cafés em Portugal, afirmou que, “dentro de três anos, já existirão condições para que o café açoriano possa ser comercializado em força no mercado”.

Assim, tendo em conta as possibilidades existentes, tem vindo a aumentar, em todo o arquipélago, tanto o número de produtores de café, como a área utilizada para a produção do mesmo que ao longo do último ano terá, conforme indicam os números disponíveis, crescido em cerca de 40%, contando actualmente com mais de 50 produtores nas nove ilhas dos Açores.

Conforme explicou o então Presidente da associação açoriana de cafés, o objectivo passa por, nos próximos anos, conseguir uma delegação em cada uma das ilhas – de forma a acompanhar mais de perto a produção que é feita em cada uma delas –, encontrando-se de momento a formalizar parcerias com associações a nível local, como aconteceu com a Associação Terra Verde, em São Miguel, para conseguir representação local. Recorde-se que algumas ilhas, nomeadamente S. Jorge, há muitos anos que produz café, embora em produção muito pequena.

Farmacêuticos denunciam laboratórios de análises clínicas nos Açores sem especialistas em patologia clínica

O Sindicato Nacional dos Farmacêuticos alertou para a existência de laboratórios de análises clínicas nos Açores a funcionar sem especialistas em patologia clínica ou análises clínicas, ao contrário do que é exigido por lei.

“Os laboratórios de análises clínicas [das unidades de saúde de ilha] de quase todas as ilhas, à excepção do Pico, funcionam sem um especialista em patologia clínica ou em análises clínicas nos seus quadros. São técnicos de diagnóstico e terapêutica que estão à frente dos laboratórios na maioria das ilhas e isso é uma situação ilegal, completamente contrária ao manual das boas práticas laboratoriais”, disse a dirigente sindical Daniela Garcia.

A afirmação foi feita numa audição na Comissão de Política Geral da Assembleia Legislativa dos Açores, a propósito da petição “Pela resolução dos problemas decorrentes da aplicação das carreiras farmacêuticas públicas na Região Autónoma dos Açores”.

O alerta foi reiterado pelo Presidente do Sindicato, Henrique Reguengo, que disse já ter chamado à atenção do Gover-

no Regional para o problema.

“Penso que isso é bastante perigoso para a saúde pública”, salientou, questionando quem será o responsável por algum erro que possa “ter consequências negativas dramáticas para as pessoas”.

Henrique Reguengo reconheceu que “existe dificuldade de recrutamento de profissionais”, mas apresentou alternativas.

“Por favor, contratem especialistas para essas unidades ou estabeleçam protocolos de colaboração entre laboratórios, com os hospitais, mas façam com que os laboratórios trabalhem em condições de segurança e de qualidade”, apelou.

Daniela Garcia alertou ainda para a falta de farmacêuticos no Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada, frisando que, em algumas situações, o atendimento dos utentes pode ficar prejudicado.

“Alguns hospitais estão com dotações razoáveis de farmacêuticos, mas o hospital de Ponta Delgada está com imensas dificuldades em termos de recursos humanos, porque tem vários colegas de

atestado, uma situação que está a deixar-nos preocupados”, revelou.

Segundo a sindicalista, o Serviço Regional de Saúde dos Açores tem actualmente 59 farmacêuticos, mas 14 ainda não foram integrados na carreira, sete dos quais por terem visto negados pedidos de equiparação à residência.

A atribuição do título de especialista, que antes era da competência da Ordem dos Farmacêuticos, está agora a cargo da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), que recusou pedidos de equiparação a farmacêuticos com anos suficientes de serviço, por não terem sido prestados no Serviço Nacional de Saúde.

A delegada da Ordem dos Farmacêuticos nos Açores, Juliana Matos, disse que já foi dado conhecimento desta situação ao Governo Regional e à própria ACSS, que alega que “o decreto de lei que regulamenta a equiparação só fala em unidades tuteladas pelo Serviço Nacional de Saúde”.

No entanto, a ACSS já atribuiu idoneidades formativas para residências em farmácia hospitalar e análises clínicas

nos hospitais da Região.

“Isto não faz sentido. Haver o reconhecimento pela ACSS de idoneidade formativa, mas não haver reconhecimento dos anos de experiência dados às pessoas que estiveram cá e vedar-lhes o acesso à equiparação”, afirmou Juliana Matos.

Daniela Garcia realçou, por outro lado, que os farmacêuticos com contrato individual de trabalho que transitaram para a carreira “foram todos colocados na base da carreira” e nunca tiveram um reposicionamento remuneratório, devido a uma interpretação jurídica da direcção regional da Saúde.

Quanto à progressão na carreira especial farmacêutica, ainda não foram contemplados os 1,5 pontos por ano de serviço acordados em 2022.

Há ainda detentores do título de especialista que não foram integrados, “em virtude de os quadros das unidades de saúde de ilha não contemplarem farmacêuticos”.

O Presidente do Sindicato disse já ter pedido uma audiência com o Governo Regional, mas não obteve resposta.